

MISOGINIA EM REDE: VIOLÊNCIA DE GÊNERO, PLATAFORMAS DIGITAIS E MASCULINISMOS CONTEMPORÂNEOS EM ENTREVISTA COM LETÍCIA CESARINO

ONLINE MISOGYNY: GENDER-BASED VIOLENCE, DIGITAL PLATFORMS, AND CONTEMPORARY MASCULINISMS – AN INTERVIEW WITH LETÍCIA CESARINO

MISOGINIA EN LÍNEA: VIOLENCIA DE GÉNERO, PLATAFORMAS DIGITALES Y MASCULINISMOS CONTEMPORÁNEOS EN UNA ENTREVISTA CON LETÍCIA CESARINO

35

Mabel Dias dos Santos

■ Jornalista, mestra em Comunicação Social e Culturas Midiáticas (UFPB), doutoranda em Comunicação (UFPE), associada ao Intervejos – Coletivo Brasil de Comunicação Social, observadora credenciada do Observatório Paraibano de Jornalismo e autora do livro “A Desinformação e a Violação aos Direitos Humanos das Mulheres: um estudo de caso do programa Alerta Nacional”, da editora Arriaba e selo Anayde Beiriz.

■ E-mail: mabel.dias@ufpe.br

Carolina Dantas de Figueiredo

■ Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco e Mestre em Sociologia pela mesma universidade. Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco. Membro do projeto Maternagem, Mídia e Infância. Realiza pesquisas sobre comunicação, ambientes virtuais e inteligências artificiais. ail.com.br

■ E-mail: carolina.figueiredo@ufpe.br





Letícia Cesarino

É antropóloga, professora e pesquisadora na Universidade Federal de Santa Catarina. Foi Assessora Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Autora de *O Mundo do Averso: Verdade e Política na Era Digital* (UBU, 2022), e de *Ecologias de Crise: uma Teoria Cibernética da Radicalização* (no prelo).

E-mail: leticia.cesarino@gmail.com

A antropóloga Letícia Cesarino é uma pesquisadora que tem despontado como um nome importante nas análises do ecossistema da machosfera no Brasil e em outros países. Seu livro, *O Mundo do Averso: Verdade e Política na Era Digital*, publicado em 2022, mostra como as plataformas digitais operam e como este sistema tem atuado e influenciado o cotidiano das pessoas, também na

área econômica, política e cultural, explicando a atual conjuntura social, marcada por desinformação, pós-verdade, negacionismo e populismo.

A entrevista que realizamos com Letícia Cesarino é reveladora e apresenta novas perspectivas deste fenômeno, que vem crescendo em diversos países, afetando homens jovens e adolescentes, sugados para uma *rabbit hole*, como descreve a professora Gracila Vilaça, que desemboca em um processo de radicalização contra as mulheres e o feminismo, e que tem nas plataformas digitais a sua principal estrutura para disseminação de discursos de ódio, desinformação e conteúdos de violência, e que tem se materializado nos índices de violência de gênero no Brasil.

1) Como você percebe a relação entre essa retórica digital e o crescimento de comunidades masculinistas, como os RedPills no Brasil?

Comunidades masculinistas já ocupam a internet há um bom tempo, mas inicialmente, em ambientes mais nichados. O que parece estar ocorrendo mais recentemente é sua massificação e mainstreamização através de influenciadores *red pill* e afins, que passaram a ocupar espaços mais abertos e menos moderados da internet – redes sociais como o *Instagram* ou o *TikTok*, por exemplo. Esse processo acompanhou uma transformação técnica significativa, pela qual a internet se “plataformizou” na década de 2010, passando a incluir uma interconexão bem maior entre as diferentes plataformas através da economia de dados subjacente, novas formas de monetização e algoritmos mais invasivos, ainda que invisíveis. A pandemia da covid-19 acelerou muitos desses processos de captura de usuários para ambientes digitais, e um dos ecossistemas que mais cresceu e se normalizou nesse contexto foram as comunidades e influenciadores que alegam defender “direitos dos homens” e “desmascarar” uma suposta realidade oculta de que o “sistema” – judiciário, midiático, educacional – é forjado para beneficiar mulheres e prejudicar homens. Em sua estrutura e gramática subjacentes, são muito parecidos com outras comunidades extremistas e conspiratórias na internet.

2) Você frequentemente aponta que a misoginia contemporânea deixou de ser apenas estrutural para se tornar também performática e monetizável nas plataformas. Como analisa o fato de influenciadores masculinistas transformarem o ódio às mulheres em produto, curso, conteúdo e modelo de negócioS dentro do Instagram e outras redes?

As plataformas têm essa característica de se colocarem como alternativas totais às mediações que existiam anteriormente, oferecendo infraestruturas digitais paralelas em todas as esferas: política eleitoral, trabalho, educação, transporte urbano, hospedagem, saúde, relacionamentos etc. Estas operam com lógicas muito diferentes do mundo pré-digital, pois seguem os incentivos e premissas da economia de dados e da atenção: no caso das redes sociais, o que gera valor é o que quer que capture a atenção de uma base de seguidores, independente do conteúdo. E a tendência natural é que conteúdos sensacionalistas, conspiratórios, extremos prevaleçam nessa competição desenfreada por atenção. Então, a monetização do conteúdo misógino entra nesse bojo. Também são ambientes extremamente “ansiosos”, que incutem uma disposição alerta nos homens e meninos de que podem ser enganados a qualquer momento por mulheres e pelo “sistema” que o feminismo, supostamente, capturou e colocou para trabalhar contra eles. Esses influenciadores operam ao longo de todo o ciclo de radicalização: desde o recrutamento, oferecendo aos novíços a “pílula vermelha” sobre uma suposta verdade oculta, até oferecendo formas (muitas vezes, pagas) de lidar com essa situação desfavorável, através de conteúdos que explicam como as mulheres funcionam, como proteger a si e seu patrimônio, como se tornarem mais atraentes dentro de uma “indústria da sedução” que vê relacionamentos através de uma lógica mercadológica e altamente competitiva de valor de mercado sexual, retorno no investimento etc. A partir daí, formam-se os clássicos esquemas-pirâmide comuns em tantas áreas da indústria da influência, com a venda de cursos, conteúdos, serviços etc. Na minha visão, o principal motor da misoginia hoje é esse, mercadológico.

3) Buscamos compreender como discursos digitais podem atravessar o ambiente online e se materializar em violências concretas contra mulheres. Na sua percepção, qual é hoje a responsabilidade ética e política das plataformas digitais diante da circulação massiva de conteúdos misóginos?

As plataformas se eximem da responsabilidade afirmando que conteúdos como *red pill* não infringem seus termos de uso, pois não são explicitamente odiosos, ameaçadores e são muitas vezes enunciados na chave do humor ou do questionamento “inocente”. Costumo dizer que as plataformas permitem resolver uma questão clássica nos estudos do extremismo, o chamado “dilema do terrorista”, pelo qual essas comunidades não podem ser nem abertas demais, pois sofreriam sanções, nem fechadas demais, pois não conseguiriam recrutar novos membros. Com as plataformas, é possível distribuir e camuflar essas funções por diferentes espaços e agentes, tornando virtualmente impossível investigar e conter trajetórias mais extremas que podem levar à violência no mundo físico. Passados quase vinte anos, a situação só piorou com a corrida pelas IAs e a aliança política dessas empresas com o supremacismo estadunidense do trumpismo, e já sabemos que não podemos contar com nenhum tipo de parâmetro ético de auto-regulação por parte delas, pois estes não existem. A regulação precisa ser forte, envolver muitas pesadas e, no limite, bloqueios da operação de sites e aplicativos. A única linguagem que elas realmente entendem é a do dinheiro.

4) Você entende os movimentos *RedPill* e os demais grupos masculinistas como uma espécie de “contraofensiva patriarcal” diante da emancipação feminina contemporânea?

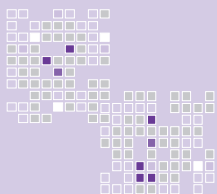
Sim, muitos pesquisadores apontam este como sendo o principal ponto de diferenciação entre o masculinismo contemporâneo e o machismo tradicional herdado da hegemonia patriarcal secular que vivemos no Brasil e em muitos outros países. Nesse sentido, esses movimentos são menos conservadores do que propriamente reacionários, uma vez que se constituem em reação, e até mesmo em um certo parasitismo, com relação a uma realidade relativamente avançada da emancipação feminina e conquista de direitos ao longo do último século. Não que esses direitos estejam garantidos para todo sempre, mas já há, inclusive entre mulheres de direita, uma percepção de que muitos, como o direito ao voto, ao trabalho ou ao divórcio, são inalienáveis. Os *red pill* respondem de forma reativa, se colocando como vítimas, perfazendo uma série de inversões de termos e gramáticas do próprio feminismo – a começar pelo termo “masculinismo”. Eles chegam, no limite, ao ponto de verem as conquistas de direitos das mulheres – inclusive o direito ao consentimento, ao dizer “não” – como um direito natural dos homens que foi infringido. É essa percepção de agravo existencial que pode, muitas vezes, levar à violência, pela qual a própria mulher é responsabilizada: foi ela que me provocou, foi desleal, me fez fazer isso. Essa autovitimização é a atitude mais comum tanto entre pessoas radicalizadas de modo geral, quanto de perpetradores de violência doméstica. Hoje, esses dois processos convergem na massificação do discurso misógino online – recomendo, a esse respeito, um documentário recente da Deeyah Kahn, *Behind the Rage*, disponível no YouTube. Já vemos, no Brasil, muitos crimes de violência contra a mulher que podem ser diretamente associados à identidade *red pill*.

5) O projeto dialoga com autores como Pierre Bourdieu para pensar a permanência da dominação masculina. Você acredita que as redes sociais atualizaram formas clássicas de poder patriarcal ou criaram novas formas de violência de gênero específicas da cultura digital?

Acho que ambos, e eles não se excluem. Mas como eu sempre busco ver esses e outros fenômenos a partir de um ponto de vista “tecnopolítico” (ou seja, resultado da coemergência entre agentes humanos e algorítmicos), o que fica mais ressaltado são as diferenças – que é de onde podemos inferir, inclusive, o papel das plataformas. Nessa perspectiva, a machosfera pode ser comparada menos à cultura patriarcal pregressa do que a outras formas de radicalização e extremismo: supremacistas, aceleracionistas, nihilistas. É exatamente isso que faço no meu próximo livro, que inclui uma análise da radicalização misógina em meio a outras formas de radicalização online características da contemporaneidade. Os padrões e gramáticas subjacentes, em especial no segmento mais extremo das chamadas *black pill* e incelosfera, são surpreendentemente similares, ainda que o conteúdo possa variar. E a pesquisa recente tem apontado uma sobreposição ou mistura entre múltiplos segmentos extremistas na internet voltados a jovens e adolescentes, sendo a misognia um traço transversal a praticamente todos eles.

6) Um dos pontos centrais da pesquisa é a presença crescente de adolescentes e homens muito jovens nesses grupos masculinistas. Como você interpreta a capacidade desses influenciadores de produzir identificação afetiva e pertencimento entre meninos cada vez mais novos?

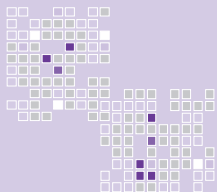
Existe uma tendência geral de redução da faixa etária dos sujeitos recrutados para muitos ecossistemas e comunidades extremistas, não apenas as masculinistas. Em alguns casos, como o chamado extremismo



violento niilista, conhecido no Brasil através das “painéis” do Discord, esse viés é proposital – resultado de estratégias deliberadas de recrutamento de sujeitos vulneráveis, não apenas meninos pré-adolescentes e crianças, mas também meninas. No caso dos segmentos *black pill* e incelsfera, a prevalência de adolescentes e homens jovens é o padrão histórico, e tem a ver com dilemas e vulnerabilidades que são próprias do período da adolescência, em que a construção da subjetividade está muito voltada à influência de pares etários e de gênero. No livro tenho uma discussão maior sobre isso, mas de um ponto de vista antropológico é significativo que a adolescência seja um período crítico e de alto risco, tanto que em muitas sociedades tradicionais ele era (e ainda é) controlado através de ritos de iniciação e afins. Na nossa sociedade, por outro lado, esses meninos estão totalmente largados. As famílias não têm controle, até porque é um período justamente de passagem do núcleo doméstico para a sociedade mais abrangente. E as instituições que apoiavam minimamente esse processo, como a escola, vêm sendo sucateadas, desacreditadas e até mesmo atacadas, primeiro pela neoliberalização, e mais recentemente por movimentos políticos oportunistas de extrema direita. Não é à toa que o maior surto de violência extremista que o Brasil sofreu, entre 2022 e 2023, se deu justamente através de ataques a escolas: como as mulheres que apanham dos maridos porque eles tiveram um dia ruim ou seu time perdeu, as escolas levam a pior por problemas que não foram gestados lá, mas sim no sistema mais amplo. As famílias, políticos, plataformas – ninguém quer olhar para si mesmo e suas próprias responsabilidades em deixar esses adolescentes à deriva nos recônditos mais sombrios da internet. Então, para se eximirem da própria responsabilidade, vão buscar bodes expiatórios nos professores, no feminismo, e em fantasias como “ideologia de gênero” – muitos, é claro, aproveitando para lucrar com monetização de conteúdo e mandatos parlamentares nesse processo. Mas essas pessoas e empresas não têm, de fato, interesse ou capacidade para chegar ao âmago do problema, e enfrentá-lo pelo que ele realmente implica, que é uma responsabilidade coletiva pelas crianças e adolescentes preconizada pelo ECA.

7) Como a sociedade, a academia, a escola, a família e o governo podem atuar para evitar a captura de meninos e adolescentes para grupos masculinistas?

No livro novo exponho um quadro geral dos níveis e circuitos em que se pode atuar, e são muitos. Alguns deles são difíceis de mudar, pois dizem respeito à própria economia política, que precariza o mundo do trabalho e não oferece a homens e meninos meios decentes e seguros para constituírem a vida adulta, o que só é agravado pelas pressões colocadas sobre eles pela própria cultura patriarcal e machista segundo a qual o homem precisa ser o provedor, o chefe da família, precisa ser “guerreiro” e não demonstrar insegurança ou fraqueza etc. Melinda Cooper, Wendy Brown e outras mapearam a convergência entre a depredação neoliberal das políticas sociais e de cuidado, e a ascensão da política conservadora que exige que as mulheres abram mão da sua autonomia e voltem para o espaço doméstico numa posição de dependência, para servir ao marido, aos filhos, aos parentes idosos, doentes etc. Num sistema econômico em que os trabalhos são ruins e pagam pouco, ficar em casa por conta dos filhos é um discurso de fato atraente para muitas mulheres. Mas muitas delas só vão perceber o custo em perda de autonomia que isso implica depois, quando começam a sofrer abusos psicológicos, patrimoniais e físicos do marido, a não ser que tenham outras redes de proteção e possibilidades de saída. A direita se apega nas igrejas para cumprir esse papel, mas como sabemos, muitas delas acabam contribuindo para manter as mulheres nos ciclos de abusos. Desconfiem sempre de quem ataca redes de proteção como a Lei Maria da Penha, pois fazem isso porque a veem como concorrente: o que querem é passar para si mesmos o controle sobre a mulher e seu



trabalho produtivo e reprodutivo. Sendo que para as mulheres em si, quanto mais redes de proteção, mais autonomia: se uma falha, ela tem alternativas a que recorrer.

Já no caso da misoginia online, eu destacaria como fator crucial ao avanço da radicalização a falta de uma alternativa que possibilitaria a transformação, a aprendizagem mais aprofundada do sujeito em direções não-extremistas. Estou falando principalmente de modelos alternativos de masculinidade, ou de “ser homem”, que não seja nem uma reprodução de padrões machistas e misóginos, nem uma simples oposição invertida a eles. Um menino não vai sair de uma comunidade *red pill* ou *incel* a menos que tenha para onde ir. E não pode ser qualquer lugar: precisa ser um ambiente de pares – outros homens e meninos – que ofereça o mesmo tipo de acolhimento afetivo, pertencimento e reconhecimento que ele busca nessas comunidades.

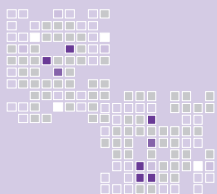
8) Observamos que determinados discursos de ódio se legitimam pela estética da ironia, do meme e do “humor”. Como enfrentar narrativas misóginas que se escondem atrás da lógica da brincadeira e da provocação?

Temos aqui um paradoxo comum no campo do extremismo como um todo, porque as plataformas em especial permitem distribuir as etapas de recrutamento, de radicalização e de execução do ato violento por espaços e agentes diferentes, inclusive algorítmicos. Assim, as etapas iniciais da radicalização misógina não são vistas como passíveis de sanção ou moderação; e quando os sinais de alerta do comportamento violento começam a aparecer, pode já ser tarde demais para conseguir essa intervenção preventiva.

Diante disso, é inevitável que tenhamos que começar a traçar a linha antes do que seria o ideal se não existissem as plataformas. Veja o caso dos maus tratos animais, que tem penas muito brandas no Brasil pois não era um problema tão massivo antes das plataformas. Na medida em que essa prática passa a ser realizada para ser filmada e circular por redes extremistas, sendo inclusive monetizada, passa a ser necessário enrijecer as leis que punem esse tipo de prática, bem como a investigação, mas principalmente o monitoramento e moderação, por parte de plataformas como o Discord onde esses crimes são cometidos para serem transmitidos ao vivo.

No mesmo sentido, certos conteúdos e gramáticas desumanizadoras de mulheres e meninas, ainda que numa chave da brincadeira, precisam começar a sofrer sanções não pelo conteúdo individual em si, mas tendo em vista a rede ou do ecossistema mais amplo do qual eles participam, este sim com um potencial grande de extremização. Precisamos passar a ver a questão da brincadeira, do humor, do meme nesses ambientes digitais de outra forma, pois eles são meios centrais, e muitas vezes conscientes, de radicalização de meninos, ainda que essa possa não ser a intenção consciente do indivíduo enuncia a piada.

Hoje, aceitamos como normal que candidatos à presidência do Brasil façam piadas com estupro, e já elegemos um deles. Quem justifica isso como sendo apenas uma piada nunca parou para se perguntar: por que esse homem escolheu fazer uma piada sobre isso, entre tantas outras possibilidades de humor? O que há no caráter, na personalidade arraigada dessa pessoa, que o levou a escolher uma das piores violências que uma mulher pode sofrer para ser objeto de uma piada enunciada em público? Precisamos sair da superfície das coisas para questionar mais e melhor sobre onde e quando devemos traçar a linha do intolerável. Não podemos, como sociedade, aceitar qualquer coisa tosca, grotesca, degradante – devemos querer o melhor, inclusive os melhores modelos possíveis de ser homem, para nossos meninos. Precisamos recuperar nossa autoestima enquanto sociedade; estamos nivelando tudo muito por baixo.



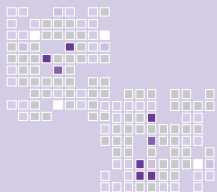
9) A pesquisa também problematiza a não regulação das plataformas no Brasil. Você considera possível enfrentar a violência política e simbólica contra mulheres sem discutir seriamente regulação algorítmica, moderação de conteúdo e responsabilização das big techs? Na sua concepção, porque é difícil realizar esta regulação das big techs no Brasil?

É impossível sequer começar a sanar o problema sem o envolvimento e responsabilização das plataformas, pois elas são, hoje, o principal fator de risco para praticamente qualquer forma de radicalização. É difícil regulá-las por uma razão muito simples: os lobbies são fortes demais junto a parlamentares, muito dinheiro envolvido, e boa parte dos nossos representantes não sabem, fingem que não sabem ou não querem saber sobre isso. Muitos deles – os piores, os mais toscos, os que não trabalham – foram eleitos exclusivamente porque as redes sociais existem, assim como muitos dos maiores influenciadores brasileiros seguiriam sendo pessoas quaisquer não fossem os incentivos bizarros da economia da atenção. Elas não são pessoas com subjetividade própria, mas apêndices humanos dessa economia maquínica, desse tipo de capital.

A pressão pela regulamentação precisa, é claro, continuar, e o ECA Digital é o exemplo de uma grande conquista nesse sentido. Mas a solução definitiva, isso só virá com infraestruturas alternativas através da pauta da soberania digital.

10) Quais os caminhos para as mulheres enfrentarem este machismo, o patriarcado, que ataca os direitos conquistados por elas? Ocupar as redes e as ruas é uma das soluções efetivas?

Além do que já tem sido feito, acho que devemos começar a olhar mais para o que ainda não foi feito. Este não é um problema apenas das mulheres – meninos em especial também estão tendo suas vidas, sua saúde mental, seu caráter, seu futuro destruídos por conta da radicalização misógina e de outras das quais ela participa. E o que falta ser feito inclui o que eu disse acima, sobre fomentar novos territórios existenciais masculinos, alternativas de identidade e futuro para eles. Um menino na adolescência não se volta para as mulheres no seu entorno. Ele se volta para outros homens e meninos, em busca de modelos para moldar o seu caráter, isso é intrínseco a esse período do ciclo de vida. Então na minha visão falta às mulheres olharem mais para isso: para o que não está diretamente sob seu controle, mas que elas podem buscar apoiar de diferentes formas, inclusive calibrando melhor esse discurso muito comum em redes sociais (que é, por definição, sempre um discurso ruim e simplificador) que coloca todos os homens num mesmo balaio. Eu entendo por que ele existe, mas ele não cumpre nenhum papel no sentido de alargar o horizonte de possibilidades disponível aos meninos que estão sob risco de se radicalizarem.



11) Está tramitando no Congresso Nacional projetos de lei que buscam criminalizar a misoginia no Brasil. Como você analisa esta iniciativa? É uma ação efetiva, que pode barrar os discursos de ódio dos grupos masculinistas que circulam nas plataformas digitais contra as mulheres?

Como aconteceu no caso da proteção das crianças, é preciso atualizar e reformar legislações herdadas do mundo pré-digital. Atuar no campo penal é muitas vezes uma necessidade, como no exemplo dos maus tratos animais que dei acima. Mas novamente, restringir-se ao punitivismo não resolverá o problema, cujo buraco é bem mais embaixo. Por várias razões que discuto no livro novo, a pessoa radicalizada, via de regra, não “aprende” porque foi punida, nem tampouco irá se conter diante da perspectiva de punição, por pior que ela seja. Não é assim que funciona. Muitas vezes, a perspectiva da punição ou mesmo de morte já está contabilizada nos seus cálculos; são pessoas que, por definição, já demonstram um desprezo por leis e

normas. A única forma de cortar o mal pela raiz é através de estratégias preventivas. E considerando que tanto a radicalização misógina quanto muitos dos crimes extremos ocorrem dentro de ambientes digitais, é preciso formas de responsabilizar com sanções pesadas também quem tem o controle exclusivo sobre esses espaços, que são espaços de soberania privada totalmente controlados por empresas como Meta, Google, Telegram, Discord etc.

12) Além dos homens, também encontramos nas plataformas digitais, perfis de mulheres que concordam e aderem a este discurso dos grupos masculinistas, como as *tradwives*, defendendo papéis tradicionais para homens e mulheres. A que você atribui este tipo de aceitação? A religião teria alguma influência sobre o comportamento feminino?

Este também é um problema com várias camadas. Muitos movimentos misóginos contam com linhas de recrutamento específicas para mulheres. No Brasil, a frente cristã é a mais importante, embora, curiosamente, não o seja no caso dos homens, como proponho no meu livro. É um discurso atraente para elas por várias razões. Há a já mencionada precariedade econômica – quem não preferiria ficar em casa sendo sustentada, se a alternativa é trabalhar na escala 6x1 ganhando um péssimo salário, e ainda ter que fazer o trabalho de casa no pouco tempo livre que resta? É isso que vendem não apenas influenciadores *red pill*, *tradwives* mas também *coaches* de direita como Pablo Marçal. Como a unidade de referência é a família, a ideia é que a mulher cumpra seu papel dentro dela para que o homem possa cumprir o dele: enriquecer e dar uma boa vida para ela e os filhos. É isso que se vende no Instagram e outras redes; como sabemos, é uma fantasia, mas uma fantasia que acalenta e atrai onde as demais alternativas são ruins ou inexistentes.

Há, além disso, uma série de incentivos de monetização nos segmentos femininos dos ecossistemas misóginos. O *tradwife* talvez seja o mais conhecido, mas também há, por exemplo, psicólogas e advogadas que oferecem serviços direcionados a homens com perfil *red pill*, que reforçam as premissas de injustiça, perseguição, falsas denúncias que eles abraçam para que elas também monetizem com isso. Há, ainda, influenciadoras como aquela Bertolazzi que construíram todo um nicho de *rage bait*, monetizando em cima das próprias reações da esquerda às suas falas estapafúrdias e sem dúvida minuciosamente pensadas e não necessariamente sinceras. Mas novamente, a fraude é o modo *default* da economia da atenção.

Além dessas oportunidades financeiras, existe algo transversal que é o modo como a extrema direita conseguiu criar um espantinho do feminismo como inimigo que convenceu muitas mulheres no Brasil, a maioria das quais não conhece o feminismo por dentro. Para muitas, feminismo é o que se vê nos memes: mulheres de cabelo colorido, peludas, lésbicas, “comunistas”, degradadas, que fazem xixi na rua e protestam sem blusa. Então, as mulheres de direita podem usufruir dos direitos e conquistas históricas do feminismo, ao mesmo tempo em que o colocam como inimigo a ser combatido, pois esse estereótipo é uma fantasia cultivada em redes sociais e não corresponde à realidade. Muitas influenciadoras e políticas da extrema direita se aproveitaram oportunisticamente disso para crescerem nas redes e na política eleitoral. Mas com o tempo, algumas dessas mulheres estão entendendo que seu lugar na extrema direita é e sempre será subalterno; elas serão toleradas pelos homens apenas enquanto não cruzarem as linhas que eles traçam. Elas podem atuar apenas se e quando não ameaçarem o controle masculino sobre esses territórios. É o que vimos, recentemente, com Michele Bolsonaro – que nomeou sua nova *fandom*, apropriadamente, como “imparáveis”.

